

A educação como tema do pensamento autoritário no Brasil

Marcos Cezar de Freitas*

Apresentaremos uma análise sobre o autoritarismo no Brasil. Especialmente, investigaremos os escritos de Alberto Torres, Francisco José de Oliveira Vianna e Antonio José Azevedo Amaral. Por que eles e não outros?

No meu entender, os três autores produziram interpretações essenciais à ideologia autoritária, no Brasil. Respondem por uma “linha de pensamento” que nasce nos anos 10 e sobrevive com muita força até os anos 60 de nosso século. Além disso, deram organicidade a temas que marcaram a sociologia nacional e que compuseram seus próprios métodos de investigação. Destarte, por exemplo, o tema indústria vai sendo tratado de forma diferenciada no “interior” do pensamento autoritário à medida que emergiu a questão da industrialização como ponto fulcral à consolidação e mesmo à continuidade do capitalismo no Brasil. Não por acaso, o corporativismo, enquanto objeto de reflexão, ganhou tratamento aprofundado por tais autores. A busca da consolidação da indústria nacional não trás de carona a questão operária? Outros temas como Estado e democracia ganharam densidade e desdobramentos em outros assuntos “sequestrados” por tais ideólogos. Por exemplo, cultura e autoridade foram apresentadas de forma associada e ajudaram a compor tratados e mais tratados a respeito da “personalidade” nacional.

O que tentaremos evidenciar é a ausência de casualidade na

* Pesquisador do Instituto Franciscano de Antropologia (IFAN) da Universidade São Francisco de Bragança Paulista/SP.

escolha de determinados temas por tais autores. De uma forma especial faremos um desdobramento com vistas à apreensão do tema **EDUCAÇÃO** nas interpretações e prescrições relativas ao futuro do Brasil. Tais autores eram modernizadores e possuíam uma concepção própria sobre educação e cultura. A apropriação de temas estratégicos muitas vezes foi feita no sentido de refutar a liberal democracia, considerada muitas vezes imprópria ao Brasil. Porém, do ponto de vista das realizações, o Estado autoritário não teria sido o “ponto ótimo” de concretização de “nosso” capitalismo periférico, sistematizando, na prática, uma sociedade moderna, industrial e pacífica?

Passemos aos autores.

Alberto Torres

Embora não esteja citado por Ivan Lins em **A História do Positivismo no Brasil**, sem dúvida uma obra de referência, Alberto Torres foi um atento leitor das obras de Augusto Comte. Razão pela qual seu referencial de sociedade, organização nacional e futuro são profundamente marcados pela noção de ordem. Militante republicano, na virada do século XIX para o XX, não hesitou em escrever no *Jornal O Povo*: “A República é o governo normal das sociedades civilizadas, é o estado de perfeita autonomia social, é o regime das forças nacionais, para o progresso, dentro da ordem.” (*Jornal “O Povo”, 1899*).

A idéia de progresso vinculada à idéia de ordem vai marcar sua produção teórica, além de levá-lo a organizar suas concepções sobre política em torno dos temas organização nacional, desenvolvimento de uma nacionalidade e anti-imperialismo. Itens explanados à exaustão em seus escritos na tentativa de influenciar seus contemporâneos a participar da empreitada que tornaria o Brasil o “berço de uma nova civilização”. Dizia:

Vem a pelo assinalar aqui o fenômeno mais importante da evolução do espírito humano, no desenvolvimento do indivíduo e na marcha da sociedade, fenômeno que recorda a lei dos três estados de Augusto Comte, mas que encontra sua mais justa forma no princípio: o espírito humano evolui do estado imaginativo e inventivo, para o positivo, na razão direta do desenvolvimento da razão e no inverso do império das neces-

sidades. O homem e a sociedade sonhavam e criavam soluções, quando obedeciam a necessidades concretas e materiais; observam e raciocinam, à proporção que têm necessidades mais complexas e espirituais. Este princípio pode ser formulado desta outra forma: o espírito humano evolui do imaginário para o positivo, e do emotivo para o racional. Resulta disto que, se os fenômenos sociais escapam ao domínio do calculável, a evolução humana apresenta-se oposta à lógica, que lhe permitiria traçar a esta no passado, por isso que se afasta do domínio da razão e da experiência à proporção que se distancia nas primeiras idades. O progresso é o restabelecimento da evolução na vida social, pela coordenação dos fatos psíquicos, graças à revelação e interpretação racional da experiência

(Torres, 1938a, p.36-7)

O laboratório que se apresentava para teste de seus postulados era a própria sociedade brasileira, entendida como um país que ainda não era uma nação. “Nossos problemas (...) correspondem aos problemas apresentados pela nossa terra, pela nossa gente.” (Torres, 1915, p.19), sentenciava. Ou seja, suas análises foram construídas em torno da idéia de que o Brasil deveria engendrar um processo de desenvolvimento autonomizado em relação ao capitalismo estrangeiro, orientado pelo atendimento à índole obreira do brasileiro com o objetivo de tornar-se um modelo civilizatório a partir das próprias raízes.

Todo conteúdo teórico-político de Alberto Torres será permeado por esse nacionalismo. Sua trajetória encarnará quase que demiurgicamente a dualidade país legal X país real.

A consolidação da nação brasileira, no seu entender, passava decisivamente pela opção pelo Brasil real, que era apontado como o país do campo, anti cosmopolita, não o país urbano, amigo do imperialismo bélico. Tal nacionalidade seria forjada pelas “grandes mentes” que tutelariam os passos populares na construção nacional: “a ordem social da nação organiza a subsistência e o êxito de todos. Do pária ao rei, todos sabem que a defesa de suas vidas contra o inimigo está sob guarda da nação, e que têm a sorte confiada aos meios de vida, estabelecidos pela sociedade e por ela regulados; a fortuna do indivíduo é a fortuna da nação; a fortuna da nação, fortuna do indivíduo.” (Torres, 1938b, p.20)

A seu ver, fazia-se mister afastar do povo brasileiro seus ini-

migos: o liberalismo, portador do individualismo corrosivo; o coletivismo que assim que deixasse de agir como utopia revelaria sua verdadeira face opressiva, e a democracia considerada inapropriada ao Brasil. Suas antipatias podem ser apresentadas assim: “Entre o individualismo, que exagerou o valor da propriedade e do capital, multiplicando-lhes os meios de supremacia, com uma infinidade de privilégios — fundados na solidariedade e no prestígio dos grupos de argentários, de industriais e de proprietários, apoiados em institutos jurídicos protetores de monopólios, e protegidos por leis de restrição industrial e de proteção mercantil, esmagando a livre iniciativa e a ambição dos homens sem fortuna; e o socialismo, que pretende anular o estímulo e a força das capacidades individuais no comunismo e socialização dos interesses e dos meios e instrumentos de atividade, há uma fórmula conciliadora de justiça social, que, baseando-se sobre o direito do homem a obter os elementos necessários à vida sã, no moral e no físico, deixa espaço para as desigualdades naturais, decorrentes das forças dos indivíduos. A supressão dos elementos artificiais de desigualdade realizará a igualdade relativa e o bem estar geral, desde que todos os indivíduos, possuindo os elementos essenciais à vida (...) puderem por em ação a capacidade de trabalho indicada pela lei da aptidão”. (Torres, 1938a, p.158-9)

O que propunha então?

Diante da guerra emergente, que a expansão imperialista indicava no horizonte, propunha um Estado nacional ultra centralizado, autonomizado e fortalecido em relação ao cenário internacional, revestido de uma grande autoridade a prescrever uma sociedade de pequenos proprietários.

O Brasil tem de ser uma república social por força de seu destino, e da fatalidade de seu surto na era da questão social; e tem de ser, intuitivamente, uma república agrícola. É preciso que seja, porém, uma república social, prudente e conservadora, para que o povo não sinta um dia a necessidade de arrancar à força o que os governos podem lhes dar dentro da ordem.

(Torres, 1938a, p.168-9)

Tal universo ideacional emerge do caldo político cultural que

se estabelece ao início do século, quando se põem efetivamente questões como modernizar o Brasil. Alberto Torres está em um momento anterior à grande efervescência dos anos 20, mas estará decisivamente presente no coração teórico/motivador dos movimentos nacionalistas que se constituíram a partir de então.

Entretanto, um de seus mais contundentes legados ao pensamento autoritário brasileiro será o posicionamento político teórico em torno do nacional ruralismo.

Remonta ao fim da Monarquia brasileira um caloroso debate em torno do tema industrialização. Um debate no contrafluxo da economia brasileira que estava centrada no modelo econômico agro-exportador dependente.

O movimento em prol da industrialização era conduzido por figuras esporádicas, que encontravam na imprensa, na Câmara dos Deputados e no Senado um espaço à vazão de idéias muito marcadas pelo ufanismo. Pode-se citar a atuação de parlamentares como Felício dos Santos, Amaro Cavalcanti, Serzedelo Correa, Alcindo Guanabara, Américo Werneck, entre outros de menor destaque.

As discussões em torno da industrialização do Brasil, nesse período, passam por transformações de ordem ideológica, em seu percurso, ao longo da denominada República Velha, o que dificultou aos militantes do industrialismo conduzir a sedimentação do discurso em tom que se apresentasse como progressista.

Do Congresso Nacional, os pronunciamentos a respeito já indicavam que o andamento dos debates nos principais centros passaria pela controvertida questão do relacionamento com o capital estrangeiro, e com os efeitos corrosivos da evasão de riqueza nacional. Assim falou Alcindo Guanabara:

Há de fato um mistério, o mistério da nossa progressiva miséria. Somos um povo que trabalha, um povo que produz, que tem por assim dizer o monopólio virtual de dois gêneros indispensáveis e não vemos o fruto de nosso trabalho, não gozamos o resultado de nossa produção, somos cada vez mais pobres!

Em 15 anos, só pelos portos do Rio de Janeiro e Santos exportamos café no valor de 333.000.000 de libras. Tão enorme soma fundiu-se e desapareceu, ninguém sabe onde para. Somos pobres e não capitalizamos.” (Guanabara, 1896, vol. VI, p.109.)

O desconsolo diante do fato de que o processo de acumulação brasileira não resultava nem mediata, nem imediatamente em pros-

peridade, vai conduzir os posicionamentos dessa pequena militância a contradições endógenas relacionadas ao tema nacionalismo:

Ninguém ignora que o capital é a alma máter da indústria, e em uma de suas fases sobretudo ele precisa ser o seu motor ordinário e constantemente progressivo; é no período inicial ou educativo (...) até que a indústria chegue à robustez completa de sua organização. Como todo menor ela precisa de proteção e amparo; isto é, enquanto a indústria não houver atingido ao seu inteiro desenvolvimento, de modo a conseguir, pelo emprego das próprias forças, os elementos progressivos da sua existência, — ele não pode dispensar-se do capital estrangeiro o qual, será depois, pago e bem remunerado.

(Congresso Nacional, 1892, III, p.42)

O século XX é aberto ao som de tais toadas que encontravam, na prática, guarida junto à confusa política monetária emissionista que marcou a primeira década. Mas, na realidade, as discussões mais acaloradas em torno da industrialização brasileira vão ser influenciadas pelas concepções em voga que consideravam o Brasil um país eminentemente agrícola.

A força estrutural de tal fato fez com que o clamor proferido por Guanabara a que nos referimos fosse acolhido com simpatia pelos que refletiam a respeito. Destarte, do seio do pensamento industrialista irrompe um nacionalismo econômico precursor de um debate intenso em torno da polaridade indústria natural x indústria artificial. A primeira associada ao que se tinha como vocação natural de um país centrado no campo. Uma indústria pautada no acervo prodigioso de bens naturais e matérias primas que o Brasil possuía e que seria o móbil de uma industrialização realizada apenas em torno das necessidades nacionais. A segunda apontada com um projeto de industrialização nocivo porque fomentador de necessidades alheias a um povo de modos simples. Uma industrialização artificial porque ensejava uma produção onerosa de bens que poderiam ser importados por custos considerados mais plausíveis.

À medida que esse debate também se mesclava ao da aceitação ou não do capital estrangeiro, gestava-se, a partir desse núcleo de reflexões, um componente bastante caro ao pensamento autoritário, a idéia de Brasil como uma nação rural.

Nícia Vilela Luz trata a questão da seguinte forma, a partir de

um defensor da “indústria natural”, Américo Werneck:

O ruralismo que se evidencia no pensamento de Américo Werneck e o protesto contra a predominância do elemento urbano na política republicana, traduzir-se-ão, na segunda década do século XX, num movimento mais radical de franca oposição à industrialização e à urbanização do país. A reação ruralista tinha, evidentemente, suas raízes nas tendências fisiocratas (...) do pensamento econômico brasileiro. A predominância das atividades rurais, no Brasil, não deixou de favorecer a eclosão de uma mentalidade que encontrava nas doutrinas fisiocratas uma justificativa para uma economia de base essencialmente agrícola. Não se limitavam porém, aos princípios econômicos, os ideais desse grupo ruralista. Transcendendo a ordem econômica, penetravam nos domínios da moral, preconizando uma filosofia anti-industrialista, anti-urbana, ressaltando a superioridade da vida do campo.

(Luz, 1978, p.91-2)

Porém, tal caldo ideológico só pôde chegar com a força que chegou à década de 20, porque sofreu a intervenção teórica contundente de Alberto Torres, que, além de incorporar o tema, revestiu-o com seus moldes, tutelando-o sob sua liderança.

A pregação nacionalista de Alberto Torres desenvolveu uma crítica mordente à civilização urbano-industrial, político-moral. A cidade, em sua obra, apresentava-se como depositária do desvirtuamento político-moral responsável pelos problemas que o país passava. O cosmopolitismo era apontado como o grande problema nacional. O desvio da vocação agrária era apontado como a renúncia ao desígnio civilizatório que ao Brasil era dado cumprir. Dizia:

O desequilíbrio das sociedades modernas resulta, principalmente, da deslocação constante das populações das zonas rurais para as indústrias, do esforço produtivo para as manufaturas e para o comércio. O Brasil tem por destino evidente ser um país agrícola: toda a ação que tenda a desviá-lo desse destino é um crime contra sua natureza e contra os interesses humanos.

(Torres, 1938b, p.214)

Permanecendo o Brasil em sua natural vocação agrária não

passaria pelo perigo de deparar-se com a ruína da ordem: a Revolução.

Não temia apenas os ventos revolucionários. Repudiava a influência liberal européia, especialmente a francesa. Apontava para um duplo movimento: o de recolher-se no espírito sertanejo e o abandono ao “voyeurismo” em relação aos costumes europeus. Nesse sentido, ampliou suas restrições, inclusive, à imigração estrangeira, entendida como saque e vilipêndio, além da questão moral mais eloquentemente apresentada:

No estado de desequilíbrio entre a distribuição das populações e o aproveitamento das terras, que caracteriza uma das faces mais graves do problema mundial, o destino do Brasil não pode ser o de oferecer novas regiões a explorar e novas riquezas às ambições imediatas dos povos superpovoados ou excessivamente ricos, mas o de ir realizando, à medida que o estudo dos problemas da sua natureza o permitir, com a instalação quase patriarcal, a princípio, dos colonos, e com o estabelecimento agrícola de caráter mais industrial, depois, a solução do problema fundamental da sociedade contemporânea que consiste em fazer regressar o homem ao trabalho da produção — as indústrias da terra.

(Torres, 1938b, p.214)

O nacional — ruralismo terá vida longa. Plínio Salgado, por exemplo, afirmará mais tarde: “Nós, caboclos dos trópicos, proclamamos, em face de uma civilização que nos quer deprimir, os sagrados direitos do homem brasileiro.” (Salgado, Manifesto da Legião Revolucionária de 1932).

O temor à exacerbação da questão social no Brasil ampliará as preocupações manifestas no pensamento autoritário. Nesse sentido, um erudito analista da sociedade brasileira, merece ser estudado com atenção.

Oliveira Vianna

Ao conceber a sociedade organizada a partir de corporações profissionais, idealizando a ação mediadora do Estado como referência principal à efetivação de seus postulados, Francisco José de Oliveira Vianna contribuiu decisivamente com a construção de

uma teoria autoritária no Brasil dos anos 30. Tal teorização em razão do prestígio do autor constituiu-se em ponto de fluxo e vazão a uma mundivisão autoritária e elitista. Dando seqüência à temática problematizada por Alberto Torres, consolidou junto ao pensamento sociológico brasileiro a dualidade Brasil real x Brasil legal. A partir da necessidade de superar essa dicotomização, desenvolveu os princípios de uma “revolução restauradora” centrada em uma planificação reformista, de onde se pode vislumbrar o horror às mudanças estruturais. Ou seja, dos gabinetes que ocupava, Oliveira Vianna constantemente reclamava um capitalismo que se ajustasse a fim de não inviabilizar — se. Sua pregação direcionou-se à classe dirigente com o fito de apontar-lhe mecanismos, técnicas para que se tornasse também dominante a partir do que chamou de “técnica autoritária”. (Vianna, 1982, p.685) O corolário de tal técnica é dado pela proposição de “um Estado pedagogo, edificador da nação e inspirador do civismo, que se destinaria a organizar uma sociedade vista quase em estado de natureza.” (Vieira, 1981, p.16) Destarte, a pregação do autoritarismo ao longo de sua obra, é a justificativa pragmática para quem, diante de uma população considerada incapaz de transformar-se de *per se*, prescreve, em continuidade ao pensamento de Alberto Torres, uma subjetividade denominada visão realista de Brasil.

O avanço e a busca da consolidação do capitalismo brasileiro, em direção a um processo mais sólido de industrialização, não arrefeceu em Oliveira Vianna a predisposição em apreender o Brasil como país essencialmente agrário, composto por clãs e vítima perpétua de seus descaminhos coloniais.

O comportamento investigativo de Oliveira Vianna é revestido de ecletismo, uma vez que retém dos autores que lê apenas o que lhe convém, mantendo uma tradição que remonta a Silvio Romero. Como leitor do pensamento político conservador centro-europeu, solidificou em seu método a idéia de cultura política, recolhendo com suas premissas sociológicas o que chamava de essência popular, de onde subtraía um comportamento político considerado atávico. Ao contemplar esse atavismo político, considerou inapropriada ao *modus vivendi* brasileiro, a implementação da liberal democracia, idéia “fora de lugar”, própria apenas aos escandinavos e anglo-saxões. A sociedade brasileira necessariamente deveria submeter-se à ação coordenadora de um Estado forte, uma

vez que sua personalidade clânica lhe subtraía a tendência à solidariedade horizontal. Ao seu ver, reconhecer tal quadro político-etnológico, seria assumir, com precisão, o que realmente somos: “não há razão para nos envergonharmos de nossos clãs, da nossa politicagem e dos seus complexos políticos. Somos assim porque não podemos deixar de ser assim; e só sendo assim é que poderemos ser como nós somos.” (Vianna, 1982, p.713.)

A seu ver, a solução dos problemas nacionais seria apresentada por um Estado corporativo. As corporações eram prescritas em oposição às instituições de feitiço liberal. Seus ataques esforçavam-se em evidenciar a impraticabilidade da democracia nos moldes do liberalismo, e os argumentos que utilizava desmoralizavam o sufrágio universal e, conseqüentemente, o Parlamento como um todo.

Ao sistematizar seus ataques exalava um dos referenciais mais significativos de sua planilha teórica — a idéia de que o mundo está dividido entre capazes e incapazes, e que o bloco dos capazes é o único segmento capaz de forjar as elites condutoras da nação. Por isso, quando se refere ao sufrágio, não hesita em dizer: “não é que a universalização do sufrágio seja, em si mesma, condenável; ao contrário, das técnicas da democracia é uma das mais seguras e eficientes — desde que seja aplicada por cidadãos capazes deste regime.” (Vianna, 1982, p.722).

Em torno da divisão do mundo entre capazes e não capazes conclui com rapidez que o sufrágio, no Brasil, tem um caráter anti-científico, posto que, sempre resulta dos desmandos da passionalidade. Partindo de tais conclusões, considerou “o sufrágio universal e o sufrágio igual anti-científicos, quando aplicado sistematicamente. Pela pluralidade de sua estrutura cultural e pela diversidade de sua estrutura ecológica, o nosso povo está exigindo também uma pluralidade de sistemas eleitorais ou, mais exatamente — uma pluralidade de eleitorados.” (Vianna, 1982, p.726.)

Em moldes durkheimianos articulou um discurso em torno da moral profissional que circunda a questão da representatividade. A divisão do trabalho social ganha em sua fala clareza de intenções quando pensou na ação parlamentar como ação corporativa. Assim, Oliveira Vianna considerou necessário substituir

o sufrágio universal pelo sufrágio corporativo. Ou os partidos políticos pelos grupos profissionais. Ou que reduzissem o pri-

mado do Poder Legislativo, assegurando-lhe apenas uma competência limitada. Ou que ampliassem as funções do Poder Executivo dando-lhe atribuições julgadas até então privativas daquele. Ou que delegassem funções legislativas, administrativas ou judiciárias a corporações ou instituições privadas ou paraestatais. Ou que rompessem com o princípio da separação dos poderes. Ou mesmo, que suprimissem o voto individual. Sem que nada disso, entretanto, deixe de manter fidelidade aos ideais da democracia.

(Vianna, 1982, p.633)

Em virtude da incapacidade natural para se chegar ao estágio democrático, propõe uma democracia de Estado, instaurada e administrada pela autoridade.

O corporativismo em Oliveira Vianna é perfeitamente coerente com a postura reformista que herdou de Alberto Torres. Se Torres temia que maus governos levassem a massa à exacerbação e ao motim, Vianna aponta um caminho precavido em relação ao mesmo temor — reformar a administração e as instituições constantemente. Além disso, augurava que essas reformas se dessem por obra e iniciativa do Estado, e em razão disso mesmo, que tal Estado reformista, continuamente percebesse aspirações populares e oferecesse às massas a ilusória co-administração da manutenção da ordem.

O grande tema do pensamento político brasileiro nos cinquenta primeiros anos de República foi a organização. Sob o impulso de seus temas e sub temas consolidou — se uma teoria geral do Estado motivada pela noção de ordem.

Nesse contexto em que se insere Oliveira Vianna, qual o papel que as teorizações em torno do corporativismo exercem no coração de sua obra?

Maurício Tragtemberg responde que “Estado corporativo é a essência de um projeto de contra-revolução, já que Oliveira Vianna rejeita transformações sociais limitando-as a um projeto de reformas para evitar mudanças estruturais. (...) Assim, sua obra constitui uma tentativa de sistematização ideológica dos princípios de uma revolução conservadora, entendida como revolução burguesa retardada.” (Tragtemberg, in Vieira, 1981, p.11)

Oliveira Vianna opera com a mística da construção da nação

desenvolvendo normas jurídico-administrativas que permitissem ao Estado, em nome da classe que representa, manter em permanente estado de desmobilização as forças sociais. Este é o principal sentido da proeminência de sua obra, especialmente no que diz respeito ao corporativismo. Sendo um entre tantos a elogiar as ditaduras, dizia que “colocando como postulado a obediência ao interesse da nação ou, o que quer dizer o mesmo, a corporação como meio e a nação como fim, a moral da corporação autoriza a ser uma fonte de recrutamento e de formação de estadistas.” (Vieira, 1981, p.37) Ou seja, na organização profissional corporativa, emanada “naturalmente” da combinação reinvidicativa dos melhores e mais capazes cidadãos, o universo do trabalho transferiria seus conflitos à gestão do Estado, tranqüilizando permanentemente o capital.

É a partir desse ponto de vista que Oliveira Vianna se manifesta preocupado com a questão social. Embora não mantivesse a serenidade de Alberto Torres, não se desloca ao extremo oposto para considerar a questão operária como caso de polícia, como fizera Whashington Luis, na época. Vianna sente-se ancorado na ciência. O seu desprezo ao movimento operário de inspiração marxista é deduzido de conclusões que o levaram a considerar o comunismo como possibilidade científicamente imprópria ao Brasil. A adoção do comunismo era considerada uma experiência inócua, pois levaria o país a deparar-se com um padrão cultural e de conduta diametralmente opostos ao desenvolvido, no Brasil, ao longo de quatro séculos. O motivo principal da impossibilidade estaria no fato de inexistir, por completo, qualquer traço de tradição comunista em um povo tão *sui generis*. Além do mais, em seu entendimento, pensar em tal subversão da ordem dentro do regime liberal mostrava-se um grande contra-senso. A permissividade da democracia liberal não abria espaço à prevalência do direito lei, ficando tudo à sorte do consuetudinário. E é esse eixo de reflexões que o auxilia a compor a idéia de autoridade. A força do Estado seria um elemento a defender o povo de exotismos como o liberalismo e o comunismo. A peculiaridade do brasileiro não criaria condições de ambientação ao que chamava de permissividade liberal.

O corporativismo era apresentado como expressão máxima dentro dessa ordem de considerações, posto que, seu pleno funcionamento representaria a colaboração universal entre as classes, exorcizando a exploração de uma sobre a outra. Assim, o dilema

social resolver-se-ia a partir do capitalismo, que, apesar de errante, era o melhor padrão de organização social desenvolvido até então.

Além disso, dando continuidade ao ruralismo de Alberto Torres, consegue caricaturizar o socialismo como processo de proletarização generalizada. Por isso, prescreve:

Dar a cada um sua terra ou a sua casa — eis a primeira face do problema. Difusão, portanto, da pequena propriedade; principalmente da pequena propriedade rural. Principalmente, a rural; porque somos ainda um povo agrário, com uma população campesina, compreendendo cerca de 80% da população total do país. Não há lugar aqui, para se adotar a solução de desespero das massas empobrecidas e famintas do velho mundo, isto é, a proletarização geral da sociedade. O Brasil, pela sua constituição geográfica e demográfica, está em condições de poder dar ao seu problema social uma solução inteiramente oposta à do problema social do velho mundo; quero dizer — a da desproletarização das suas classes proletárias pela ampliação, numa extensão que só a nós é permitida — da classe dos pequenos proprietários. E tudo isto conseguido sem modificar a estrutura de nossas instituições tradicionais.

(Vianna, 1952, p.122)

A unidade moral da nação passava pela aceitação generalizada de que a substituição da liberdade pela organização apresentava-se como o único caminho a seguir. O corporativismo seria o ponto culminante de uma dinâmica de passagem do país legal para o país real; a atividade das corporações seria o salvo conduto de um país a outro.

Como seu comportamento investigativo é bastante fragmentador, recolhe nos mais diversos substratos referenciais de apoio aos seus postulados. É assim que, na leitura das Encíclicas *Rerum Novarum* de Leão XIII, e *Quadragesimo Anno* de Pio XI, encontra pontos de convergência com a Democracia Cristã. Sentia-se respaldado por um corpo doutrinário que enxergava no Estado o mesmo potencial domesticador da classe operária que sua teoria corporativista encontrava.

Quando se pensa em “Revolução por cima” a partir de Oliveira Vianna, pela reforma do Estado, da administração e do quadro institucional, deve — se ter em mente que “a organização corpora-

tiva transforma a mentalidade operária, desintegrando — lhe o espírito antipatronal e o sentimento de inferioridade colocando no mesmo pé de igualdade patrão e empregado” (Vieira, 1981, 124), e essa era sua maior aposta.

A idéia de uma “via autoritária” para o Brasil será o componente essencial dos ensaios de Azevedo Amaral. É importante pois, estudá — lo, pois representa um ponto de continuidade ao pensamento dos dois autores até aqui investigados.

Azevedo Amaral

De uma forma ainda mais clara da que se observa em Oliveira Vianna e em Alberto Torres, o autoritarismo é assumido como quesito fundamental à emancipação brasileira na obra de Azevedo Amaral.

Enquanto ensaísta e sociólogo, empenhou-se em elaborar uma ideologia de Estado que consubstanciasse a “via autoritária” como a mais apropriada ao complexo cultural brasileiro. Tal referencial analítico coloca sua obra em continuidade à concepção realista de mundo desenvolvida em uma ideologia autoritária porém modernizadora.

Sentindo-se avaliado por um cientificismo inerente a sua função de intelectual, e investido da posse da ciência a partir da racionalização presente/futuro, investigou a realidade nacional. É a partir de um acentuado determinismo sociológico que recolhe soluções administrativas decorrentes de uma postura desqualificadora do objeto, a saber: o que constata é um mundo dividido entre pessoas capazes e incapazes (Amaral, 1938, p.9,10). Então diagnosticou uma impossibilidade atávica de organização, o que tornava exótico qualquer princípio revolucionário aplicado ao Brasil. Imbuído de um racismo explícito (cf. Amaral, 1938, p.21) aponta as degenerações promanadas do liberalismo, responsável por tudo, até pela miscigenação, e desenvolve um eixo de ataques que oscilava do anti-liberalismo ao anti-comunismo. No mais das vezes, este entendido como decorrência daquele. No fundo, o autor tentou sempre explicitar que o Brasil estava mergulhado em um mundo inaugurado pela Revolução Francesa, razão de seu desassossego.

Tentando dar tintas a um sentimento capaz de transformar o povo em nação, encontrou na ação pedagógica do Estado e em seu

fortalecimento, o referencial para construir uma teoria da autoridade assentada no realismo.

O elogio constante à força prerrogativa básica do chefe da nação é um argumento estratégico. Ou seja, se o voto e a Revolução não se apropriam à nossa cultura, alguém precisaria usufruir de liberdade absoluta para ser intuitivo — o chefe, o presidente. No poder intuitivo do líder depositar-se-ia a liberdade da nação, e a liberdade individual seria realizada a partir dos benefícios colhidos junto à autoridade. Assim, afirmava: “o poder promana de quem governa e não pode portanto, sem flagrante absurdo, ter a sua origem atribuída à vontade dos que são governados” (Amaral, 1938, p.57).

O significado que atribui a si enquanto intelectual é o de condutor da regeneração do país, em razão de sentir-se privilegiado por pertencer publicamente a uma intelectualidade de filiação autoritária. Isso origina, em pensamento, a concepção de Estado Novo como o estágio de excelência do desenvolvimento brasileiro, porque nele se concentravam a ordem, a autoridade e a maturação do capitalismo de onde emanaria o aspecto civilizatório do capital.

Atento ao papel das elites, ou melhor, seu apologeta, Azevedo Amaral construiu toda sua argumentação ao sabor de um desespero diante da possibilidade de desintegração do capitalismo. Em razão disso, sua mundivisão autoritária é prenhe da idéia de modernização, uma vez que o quadro estrutural da Primeira República, a seu ver, equilibrava-se em um limiar muito tênue com o iminente risco da degeneração insurrecional. É por isso que aplaude o movimento de 30 como “salvador da pátria” e a partir de sua consolidação cuida de labutar pelo centralismo autoritário, entendido como componente aperfeiçoador para que a nova ordem não se perdesse.

Quando dirige sua atenção ao contexto de grande efervescência que acompanhou, utiliza-se do centralismo para efetivar sucessivos ataques ao liberalismo, ao capitalismo, e de forma geral, às inúmeras correntes de clamor reformista que não compactuassem com a centralização. Em razão disso, analisa:

Em Novembro de 1930, o chefe civil da revolução, investido dos mais amplos poderes discricionários que já foram confiados a um brasileiro através da história, se por ventura pensou

logo em encetar uma obra reconstrutora, deve ter chegado sem demora ao desapontamento dos arquitetos babélicos. A própria massa popular que aplaudia delirantemente o ditador instituído pela revolução era uma expressão microscópica do turbulento caos de idéias e tendências contraditórias que fervilhavam no caldeirão revolucionário. Havia comunistas que sonhavam com o advento do milênio marxista. Também, liberais — democratas e crentes ingênuos na sabedoria oracular que antecipavam a vinda dos tempos de pureza eleitoral e de acertada direção dos destinos nacionais assegurada pelo voto secreto.

(Amaral, 1938, p.102)

Azevedo Amaral, tendo feito tal balanço da situação nacional chega à síntese de sua mecânica analítica tomando a autoridade por instrumento delimitador de tais forças.

Isso pode ser constatado quando afirma que “o papel do estadista, em tais circunstâncias, é refrear os entusiasmos, moderar a exaltação renovadora e fazer com que o trabalho reconstrutor se realize sem perda completa de contato com as bases históricas integradas na tradição nacional. E lembra que Benito Mussolini exprimiu uma vez, de modo lapidar, essa missão do estadista, dizendo que não bastava ter coragem para reformar, mas que era preciso também a coragem de conservar” (Amaral, 1938, p.107).

Partindo do pressusto de que fora necessário o golpe certo antes que golpes errados se manifestassem, era coerente que sua concepção de democracia fosse decorrente da noção de autoridade. Acreditava que a submissão dócil à autoridade do Estado não devesse repugnar aos indivíduos que considerava normais. A intuição deve ser ampliada à percepção concreta de que um povo só se faz nação se está organizado em torno da ordem e da hierarquia, e a plenificação de tais pressupostos só pode efetivar-se mediante a atuação da autoridade capaz de tornar-se a força coordenadora e orientadora dos elementos que se justapõem na sociedade. Contudo, procurava sempre diferenciar sua pregação autoritária do fascismo.

O Estado autoritário baseava-se, a seu ver, na demarcação entre aquilo que a coletividade social tem o direito de impor ao indivíduo através do Estado e o que forma a esfera intangível das prer-

rogativas inalienáveis de cada ser humano. O autoritarismo desenvolve seu sentido de ser no projeto de realizar “por cima” a redenção das individualidades e, por isso alinhava a noção de autoridade como base da democracia (cf. Amaral, 1938, p.150 e ss).

O caráter caricato que destina à democracia, uma vez que rejeita as universalizações via voto e via partido, compõe um simulacro que, uma vez desfeito, desvela o âmago de sua mundivisão: a identidade entre Estado e Nação. Por isso afirma que “o ponto vital da matéria é que o Estado e a Nação se identifiquem, isto é, que a última possa realizar os seus desígnios e seguir os rumos traçados pela sua vontade coletiva através do exercício das funções do poder público.” Assim, democracia é hierarquia e obediência consensual.

O conceito de democracia envolve a organização hierárquica da sociedade, fora da qual, aliás, não se pode conceber a existência coletiva (...). Supor que a democracia se baseie na unidade real e prática das unidades componentes do corpo social é uma idéia não somente ilusória em contradição com a realidade objetiva, mas também irreconciliável com o conceito de uma organização nacional concretizada na existência do Estado.

(Amaral, 1938, p.173)

O que se infere é que Azevedo Amaral chama o autoritarismo para apresentá-lo como demiurgo de uma espécie de democracia concedida pelo Estado onde, duplamente, estaria sendo processada a identificação nação — Estado e indivíduo — Estado.

O Estado autoritário, porque democrático, poderia ser considerado indissolúvel, e porque obra da intuição do chefe da nação, constantemente ajustável às reformulações necessárias.

Portanto, o Estado autoritário era visto como ponto de chegada, não de partida, ponto no qual a democracia se eternizaria. Por que admitir o partido então? O Partido é a própria Nação. Não há lugar para ele, muito menos para o partido único. “A autoridade é a expressão dinâmica da vontade coletiva compelindo as forças da iniciativa individual a manterem-se dentro dos limites compatíveis com a segurança estrutural do sistema” (Amaral, 1938, p.277).

A concepção realista de mundo rende frutos teóricos significativos em Azevedo Amaral. Seu evangelho autoritário, mantendo

relevantes contatos com a obra de Alberto Torres e Oliveira Vianna, coloca-o à testa do pensamento autoritário brasileiro.

Convém agora procedermos a um exame detalhado a respeito do tema Educação, tema estratégico na acepção dos três autores.

Um tema mais do que estratégico: Educação

O fio teórico que sustentou as reflexões sobre a realidade nacional em Alberto Torres, em Oliveira Vianna e em Azevedo Amaral foi conduzido tendo por motivação básica a reforma institucional do capitalismo. Menos em Torres, mais em Vianna e visivelmente em Amaral, a Revolução proletária foi uma preocupação inspiradora, que exacerbou uma concepção autoritária de mundo aplicada à normalização da sociedade brasileira em repulsa a ela. Decorre daí que o transbordamento aos limites postos como os da ordem, encontrou sua refutação nos mais variados movimentos de “avanço” da sociedade como um todo, preconizados no interior desse complexo teórico-político. Na realidade, o tornar-se hegemônico do pensamento autoritário, na desagregação da República oligárquica e na passagem a uma nova acomodação do bloco do poder, trouxe para suas cercanias os debates sobre a “renovação” do país, e retirou dos mesmos o rigor e a amplitude, tornando as iniciativas tomadas no interior desse “território”, geneticamente unilaterais, nascidas com a inclinação a interpretar o mundo do trabalho a partir da implementação de reformas que viessem a aperfeiçoar a realização do capital.

Em tal situação, a germinação da atitude revolucionária no coração dos movimentos operários dava-se em um contexto em que a reciclagem das elites nacionais estabelecia a partilha tutelada da cidadania, em resposta às tensões promanadas da sociedade civil. O pensamento autoritário conseguia compor com maior eficiência as respostas urdidas diante do inquietante quadro, e organizar, quase que “tecnicamente”, a ampliação dessa cidadania pela reorganização constante da própria tutela. De modo que, toda vez que se reclamava pela “renovação” nacional, sofria-se a mediação do autoritarismo presente no compósito político que ininterruptamente se engendrava, e além disso, nele eram recolhidos os limites de “extensão” das renovações. O pensamento por assim dizer “renovador”, em qualquer âmbito em que estivesse alocado, portan-

to, não conseguia ser, nem proporcionar, uma ruptura com o espólio do autoritarismo.

As reformulações institucionais, reclamadas pelo pensamento autoritário, significavam também um mecanismo de cooptação da classe operária e inserção de seus clamores nos parâmetros da própria construção da ordem. Portanto, a Revolução não só se tornou um espectro discutido na clandestinidade como foi revestida de “ineficiência” prática e até científica para solução dos problemas nacionais. Esse conjunto de argumentações cresceu e disseminou-se quanto mais elaborada tentou ser a ação operária. Elas são visíveis em Alberto Torres, contemporâneo das primeiras agitações anarcosindicalistas; plenamente nítidas em Oliveira Vianna, observador do PCB, do BOC e desdobramentos, e muito saliente em Azevedo Amaral, inconformado com a ANL e com a Intentona.

Não foi diferente com o tema Educação. Recolhido como instância da política, foi trazido pelo pensamento autoritário para compor uma mundivisão e reforçá-la nos próprios embates em que as reformas institucionais se davam. A permanência de Alberto Torres como referencial aos debates educacionais é um elucidativo de que se discutia sobre um limite já posto: a partida estava na realidade encontrada e a chegada não poderia dela transbordar.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação, por exemplo, não vem inaugurar uma nova concepção sobre o papel das elites. Ao contrário, denuncia a própria incapacidade de seus signatários em contrapor-se às aspirações já postas.

Comparemos. Torres explicita um dever: “(...) demos terras a todos os homens válidos; instrução primária a todos os que podem ver e ouvir; instrução secundária e superior a todos os que são capazes, não dando a nenhum que o não seja” (Torres, 1938a, p.173).

O Manifesto melhor elaborará:

De fato, a Universidade, que se encontra no ápice de todas as instituições educativas, está destinada (...) a desenvolver um papel cada vez mais importante na formação das elites de pensadores, sábios, cientistas, técnicos, e educadores, de que elas precisam para o estudo e solução de suas questões científicas, morais, intelectuais, políticas e econômicas. Se o problema fundamental das democracias é a educação das massas populares, os melhores e os mais capazes, por seleção, devem formar o vértice de uma pirâmide de base imensa. (...)

A primeira condição para que uma elite desempenhe a sua missão e cumpra o seu dever é de ser inteiramente aberta e não somente de admitir todas as capacidades novas, como também de rejeitar implacavelmente de seu seio todos os indivíduos que não desempenham a função social que lhes é atribuída no interesse da coletividade.

(Azevedo, 1932)

O vínculo entre Educação e o papel atribuído às elites, recolhido em Torres, decorre do contexto em que sua formação intelectual se deu. Torres elaborou uma idéia de Educação a partir e do interior das concepções higienistas que inauguraram o século, associando sempre a universalização do ensino à regeneração nacional. Como objeto de “salvação”, o brasileiro “inferior” deveria ser afastado do perigo extrínseco — a ideologia, e do perigo intrínseco, que seria sua própria “selvageria”.

“A obra educadora do nosso tempo terá de fazer nestas inteligências um trabalho de sapa, que não é ousado equiparar ao da civilização dos selvagens”, dizia (Torres, 1938a, p.144).

Ora, a sua empatia para com o papel ilustrado, delegado às elites nacionais, decorria de um simplismo empírico que recolhia a limpeza junto ao limpo e o princípio da diretividade junto ao portador de estudos. A partir disso preocupou-se em prescrever a necessidade do divórcio entre essas elites e seus vínculos europeus com a finalidade de posicioná-las a partir de uma “missão”.

Nossos problemas (...) é mister sublinhar vivamente estas palavras, para deixar bem claro que a noção prática deste termo corresponde aos problemas apresentados pela nossa terra e pela nossa gente” (Torres, 1915, p.19). Este foi o momento em que a Educação foi chamada a compor o quadro de regeneração nacional, circunscrito à necessidade de evidenciar a vocação do país e de superar a já mencionada dicotomia entre o país real e o país legal. Sobre tal realidade aplicava o fator moral como componente a permear todas as realizações educacionais, dotadas que eram, a seu ver, do condão da realidade de um povo. Para tanto dizia que “ao fator moral cumpria juntar outros mais importantes que deveriam solucionar nossos mais sérios problemas: a consolidação do caráter do povo pela Educação; a defesa da economia física pela alimentação e higiene pessoal, doméstica e pública.

(Torres, 1938b, p.65)

A defesa exacerbada do país agrícola merece especial atenção, uma vez que tal posicionamento desdobrou-se sistematicamente na pregação da Educação voltada para a nossa realidade, a partir de um diagnóstico caótico retirado junto à urbanização crescente. As primeiras agitações operárias provocaram em Torres a sensação de que o problema nacional estava no desvio de seu destino e que o próprio universo educacional continha o antídoto àquela situação demasiado perigosa, uma vez que portadora de tensões sociais passíveis de tomar o rumo da rebeldia:

(o povo) como fator social, fração deliberadamente abandonada, confessadamente desprezada, conscientemente condenada por incapacidade física e por incapacidade moral, pelos que o dirigem, (...) tem a impor a seus governantes (...) uma política de Educação para o trabalho.

(Torres, 1938b, p.118)

Esses escritos de Torres chegam ao público no exato momento em que a agitação operária começa a ganhar maior organicidade. Num panfleto do mesmo ano, 1915, protestando contra a Lei Adolfo Gordo, de 1907, que expulsava operários “indesejáveis”, os trabalhadores são conclamados à resistência:

“Basta! Não mais sofreremos calados semelhantes afrontas. Vamos para a praça pública apelar para as consciências livres que ainda vibram neste povo!” (Pereira, 1907, p.127).

Torres havia se antecipado a esta possibilidade, advertindo que “o desequilíbrio das sociedades modernas resultava da deslocação (sic) constante das populações das zonas rurais para as indústrias, do esforço produtivo para as manufaturas” (Torres, 1938b, p.214). Ora, tal descontrole social culminou por aprofundar em suas considerações a noção de ordem que atravessaria o século e, por isso, chegou a uma idéia de Educação partindo do temor de que “o povo um dia sentisse a necessidade de arrancar à força o que o governo lhe podia dar dentro da ordem” (Torres, 1938a, p.169). A partir de então, suas referências à Educação dizem respeito à necessária contenção preventiva das massas. Preceitos como educar para o campo, educar para voltar ao campo, educar para ocupar e

ainda e, principalmente, para conter os ímpetos na tentativa de socializar os benefícios da industrialização, sintetizam no intelectual atento ao papel das elites, uma estratégia: **antecipar-se**. Não por acaso, preocupou-se com o desvirtuamento da República e relacionou a crise e sua constância à inépcia orgânica das classes dirigentes. A divisão intra elites é um sintoma da modernização que rejeita. Ao relacioná-la à influência estrangeira (o imperialismo) e ao liberalismo, compõe uma prescrição do futuro que, se seguida à risca, baniria do futuro o “risco” de Revolução. Para tanto, amalgamava dados como educação moral, criação do Quarto Poder, o Poder Coordenador, a um quesito básico de sua plataforma de organização nacional: a transferência da solução dos problemas nacionais para o âmbito da Educação.

Atento à necessidade de uma modernização sob controle, edificou um dos pilares do pensamento autoritário — a modernização pelo alto, apresentando, em decorrência, o discurso da consciência instituindo o ser social. No universo educacional o chamamento à renovação dos métodos associava — se a um princípio geral de renovação atrelado à ausências de rupturas. Dizia:

“Há um desequilíbrio geral na Educação dos indivíduos, nas modalidades da sociedade, e nas condições de adaptação. Falta de preparo para o trabalho próprio e conveniente. Instrução exclusivamente especulativa e literária, com a feição superficial do exercício dialético, bizantina preocupação de regularidade gramatical e purismo clássico” (Torres, 1938b, p.134).

A chamada à renovação dos métodos e a adaptação da didática às nossas formas correspondem, em Torres, a um desdobramento de seu raciocínio evolucionista que exigia do complexo educacional as respostas às inquietações que, com a chegada dos anos 20, ganhariam densidade. O “jesuitismo” pedagógico revelava-se ineficiente ao homem inquieto do novo século. Homem este perturbado pela influência estrangeira e pelo aceno das barricadas, distantes do Brasil quanto à forma, porém presentes quanto ao conteúdo.

A Educação pela instrução, princípio herbartiano (Luzuriaga, 1979, p.295), é rejeitada por Torres à medida que elabora um princípio educativo **decorrente** da política, uma vez que tudo nas nações modernas inadiavelmente, a seu ver, resultava da arte política. Entendia por política a racionalidade, a coordenação dos fatos, a procura da solução evolutiva. E quando arriscava planificar um

método (ver, estudar, praticar e refletir), estava, na realidade, menos tentando incidir a técnica sobre o objeto e mais adequar a idéia de Educação à repulsa aos males originados no imperialismo e no urbanismo desenfreado. Dizia:

Na luta do capital e do trabalho; na forma particular do problema social no Brasil, indefinida, e, por isso, despercebida de observadores superficiais, jamais capaz de produzir crises violentas, mas de força a anemiar, até a ruína, as fontes da nutrição nacional: o problema do trabalho e da produção rural são elementos que se estão precipitando, na política mundial e na do país, com uma celeridade e um ímpeto que podem, de um instante para outro, subverter todos os valores sociais, destruir todas as bases da fortuna

(Torres, 1938b, p.114)

Diante desse temor antecipado, exigia que a intelectualidade cumprisse sua “função” educativa.

Pedia que se forjasse “um pensamento nacional (...) sobre os nossos problemas e os nossos destinos: e este deveria ser o guia do esforço patriótico. E esta obra, acrescia, não seria uma obra apenas de Educação, seria uma obra de direção política” (Torres, 1938b, p.113).

Buscando a direção política, lamentava:

“Nenhum povo tem a educação necessária para dirigir seus interesses gerais. Intelectuais, porém, e, em geral, homens de letras, estão longe de ocupar a posição que lhes compete na sociedade brasileira. Não formam até hoje uma força social” (Torres, 1938b, p.113).

Imbuído de tais preocupações tornou-se crítico do estatuto liberal da Carta de 1891, posto que considerava tal conteúdo doutrinário inadapável às condições nacionais. A partir disso, ao pugnar a revisão constitucional deu início a uma síntese programática pautada na universalização do ensino e na instituição do corporativismo como instrumento de representatividade. Para universalizar o ensino propunha:

Funcionamento gratuito do ensino primário e do ensino profissional, sendo vedado a qualquer das províncias estabelecer instituições de instrução superior enquanto não tivesse organi-

zado a instrução agrícola, secundária e elementar prática e experimental, ou admitir nos institutos superiores mais de 10% dos estudantes que cursassem todas as escolas secundárias e de agricultura. Criação de um estabelecimento denominado instituto de Estudos dos Problemas Nacionais, para fazer os estudos dos problemas práticos da terra e da nacionalidade brasileira, de seus habitantes e da sua sociedade. O instituto seria dividido em quatro secções, sendo uma composta de uma Faculdade de Altos Estudos Sociais e Políticos para a formação das classes dirigentes e dos governantes. Incumbiria ao Instituto dirigir e superintender a instrução pública, os estabelecimentos técnicos, bem como promover a Educação e a cultura social.

(Sabóia Lima, s/d, p.139)

Contrariando seu próprio discurso que rejeitara os excessos especulativos e os rigores do perfeccionismo, propunha a difusão do ensino a partir da disseminação de uma cultura enciclopédica, patrimônio das classes dirigentes chamadas a repartir seu lastro e refletir sobre o andamento do país. A hierarquização do ensino, do superior para o elementar, também está associada ao momento inaugural de suas considerações educacionais. O tema Educação em Torres foi despertado a partir de uma contenda com Olavo Bilac sobre a obrigatoriedade do serviço militar. Enquanto este admitia a caserna como o mais eficiente instrumento de universalização do saber, aquele pensava o militarismo a partir da constituição de “milícias cívicas” geradoras de projetos educacionais (Sobrinho, 1968, p.389 e ss).

A tentativa de elaborar uma racionalização desse legado educacional será levada adiante por Oliveira Vianna.

Não é por acaso que o tema Educação, em Vianna, em meio a uma vasta obra, tenha sido analisado de forma mais meticulosa no ensaio “Problemas de Organização e Problemas de Direção”. Embora cronologicamente posterior ao período aqui delimitado, nas palavras do próprio autor, representou tal obra uma síntese de suas principais preocupações. Ao longo de três décadas, o tema Educação representou para o sociólogo um rico instrumental de leitura de sua “visão realista de mundo”, que continuava a de Alberto Torres, e significava, concretamente, um problema de organização e um problema de direção. Como enfrentou a questão operária com a

posse de uma argumentação corporativista, Educação e outros temas são referências diretas da edificação de uma sociedade corporativizada. A escola, portanto, foi pensada como matriz de um processo educacional centrado no âmbito da vida coletiva decorrente do sentimento de **grupo profissional**.

A crítica ao enciclopedismo que desenvolveu explica-se na percepção que tinha sobre a inadaptabilidade da ilustração ao cotidiano das corporações. Procurando reverter esse quadro prescrevia que “um dos pontos centrais para qualquer programa de educação nacional haveria de ser, aqui, pois, a sistematização da educação social ou solidarista do brasileiro, isto é, a cultura dos sentimentos que se prendem aos interesses do grupo e da nacionalidade.” Por isso, reclamava apontando que até então “tínhamos nos limitado a procurar realizar a educação da mocidade através do desenvolvimento da cultura literária e científica” (Vianna, 1952, p.33).

Ora, a Educação pensada em tais moldes representava o consolo das elites diante do desassossego instalado pela questão social. Vianna as tranqüilizava enquanto advertia:

Estes hábitos de servir ao bem comum, se inculcados metodicamente, acabarão penetrando no subconsciente do brasileiro, transformando-se em sentimentos: em sentimento do dever cívico; em sentimento do bem comum; em consciência coletiva; em preocupação dominante do interesse público, e a **Revolução estará feita!**” (Vianna, 1952, p.34). Em razão do exposto, a “missão” educacional, na visão do autor deveria estar a cargo da corporação, ou do Estado ou do complexo militar.

(Vianna, 1952, p.35)

O Estado, como que acima de um complexo cultural problemático, recebia também a tarefa de educar. Mas justamente porque esse complexo cultural constituía-se no objeto da preocupação pedagógica, a Educação para o solidarismo expressava uma dualidade: cultura solidarista, mais claramente, Educação para o trabalho às massas; às elites, cultura ilustrada e geral.

Percebe-se que, quando Oliveira Vianna refere-se à escolarização e à Educação de uma forma geral, estava pensando em Educação popular. A consistência de um projeto autoritário de Educação para o Brasil, ao contrário do que parte do empresariado deixa-

va nas entrelinhas, não significava a restrição educacional à classe trabalhadora. Ao contrário, no receituário de Vianna às elites constava a reciclagem freqüente do universo do trabalho. Se isso implicava ajustes de direção, por outro lado, no que tange ao operariado, a motivação pedagógica era chamada a elaborar a absorção de “um sentimento de Estado” (Vianna, 1952, p.63), onde se encontravam as justificativas para uma inversão de sinais: desenvolver o solidarismo queria dizer desmontar a percepção de classe, enquanto classe para si.

Afirmava que “a consciência corporativa (...) revelava-se um instrumento admirável de Educação social das massas operárias”. (Vianna, 1952, p.44). Instrumento admirável porque nele se combinavam os quesitos básicos da longevidade institucional de um país: a educabilidade e a coercibilidade. Estes recursos eram indissociáveis um do outro, posto que o Brasil não contava com um lastro histórico como o do europeu. Em sua peculiaridade repousava o seu destino tributário de um passado colonial. A impossibilidade de apagar o peso do passado justificava em Vianna a “inevitabilidade” de coerção e a associação direta desta com a escolarização reclamada. Dizia:

(...) somos assim porque não podemos deixar de ser assim; e só sendo assim é que poderemos ser como nós somos. “ (Vianna, 1982, p.713). Decorre daí a idéia do autor de que a Educação efetivada no âmbito da corporação recolocaria o Brasil em seu “destino histórico”

(Vianna, 1952, p.52-3)

Em consonância com seu próprio fatalismo, restava ao Brasil compreender que na ação educativa das instituições repousava a cooptação da massa a participar de um pseudo gerenciamento dos conflitos em que atuava como protagonista. Esses conflitos, uma vez institucionalizados, conduziam a uma noção de ordem que, no entender de Vianna, corroborava a idéia de corporativismo como 3a. via entre o capitalismo e o socialismo.

Nesse contexto, a sindicalização foi concebida como autêntica atividade educativa uma vez que “o papel desempenhado pelos sindicatos não tinham importância somente por causa da integração das classes produtoras no Estado; eles assumiam uma função peda-

gógica no sentido de educar os componentes das categorias sindicalizadas na prática da solidariedade social” (Vieira, 1981, p.127). Porém, a prática educativa decorrente tinha marcas registradas, uma vez que Vianna concebia o sindicato como entidade profissional, corporativa e cristã, e portanto, ao proclamar que “a melhor escola para a formação de técnicos seria a passagem pelos quadros da alta administração das associações sindicais”, deixava entrever que na assimilação de um componente ideológico contra-revolucionário, a classe trabalhadora seria chamada a disseminar os mecanismos de sua própria anulação enquanto classe.

Suas atenções, porém, não estavam voltadas somente para a camada trabalhadora inserida no mercado de trabalho. Um contingente ocioso significativo representava para Vianna a convivência desconfortável do país com um “barril de pólvora”, sempre prestes a explodir. Em razão disso, não bastava, em seu entender, estruturar um princípio educativo apenas centrado na corporação e no sindicato corporativo. Urgia combater a proletarização da sociedade.

Tal intento foi buscado na pequena propriedade, dotada em seus escritos de um amplo caráter regenerador e educativo. Analisava:

O Brasil possui milhões de proletários dotados de capacidade de melhoria, aptos moral e intelectualmente (...) para atingir a pequena propriedade, urbana e rural e um nível médio de Educação técnico profissional. (...) O centro do problema social do nosso povo está nisto: criar as condições sociais, econômicas e espirituais que permitam à vasta massa proletária dos campos e da cidade a pacífica ascensão e capilaridade dos seus elementos mais bem dotados e capazes

(Vianna, 1952, p.121)

E para dar força ao que propunha, associava a prescrição da pequena propriedade à peculiaridade nacional e também à considerada inviabilidade revolucionária para o caso brasileiro:

Não há lugar aqui, para se adotar a solução de desespero das massas empobrecidas e famintas do Velho Mundo. O Brasil (...) está em condições de poder dar ao seu problema social uma solução inteiramente oposta: (...) a da desproletarização das suas classes proletárias pela ampliação (...) da classe dos

pequenos proprietários. E tudo isto conseguido sem modificar a estrutura das nossas instituições tradicionais

(Vianna, 1982, p.122)

Foi diante de tais considerações e movido por tais impulsos, que Oliveira Vianna elaborou um discurso coerente com seus postulados em torno da renovação educacional, a seu ver inadiável.

A sociedade brasileira precisaria enfrentar seus pontos fracos estruturais, alocados nas deficiências militares, políticas, sociais, econômicas e educacionais (Vianna, 1982, p.168). A educação do brasileiro deveria conformá-lo para fins determinados. Na elaboração e determinação desses fins, o processo de renovação educacional deveria tomar por eixo a reeducação da elites dirigentes.

Em razão disso, protestava:

Para o ensino, para o ensino do povo, voltamos todas as nossas atenções: na sua organização e difusão trabalham as nossas mais apuradas competências e as nossas mais acabadas vocações pedagógicas; mas, o ensino secundário e, principalmente, o ensino superior, que é o que prepara as classes dirigentes, estes estão, por assim dizer, entregues ao automatismo. (...) Temos que realizar no plano do ensino secundário e superior uma obra de conformidade adaptativa análoga à que se deve realizar no domínio da educação profissional. Temos que preparar gerações capazes pelo seu aparelhamento intelectual

(Vianna, 1982, p.171)

Tal concepção educacional acompanhou a trajetória intelectual e política de Oliveira Vianna, e nos momentos mais instáveis da desagregação de um bloco histórico e da passagem a outro, serviu de aporte teórico às intenções práticas governamentais e das classes dirigentes. Representou-lhes o exercício de pensar uma ação pedagógica sobre as massas enquanto, ao mesmo tempo, a reciclagem das elites recebia as tintas do planejamento preventivo face à instabilidade social. Esse feixe de considerações educacionais cortou os anos 20, 30 e 40, espargindo um desprezo à democracia e advertindo com recorrências à nossa história colonial que associar Educação e Democracia, no Brasil, resultava cientificamente incorreto (Vianna, 1982, p.724). A Democracia era tomada

como que “inadaptável” ao nosso complexo cultural.

Em razão disso, nesse mesmo período de grande efervescência, acrescentou ao seu discurso, além da imagem do Estado pedagogo, da corporação como aparelho educacional, a figura do chefe da nação como grande educador (Vieira, 1981, p.16,39,42 e 56).

Levada adiante, por razões que os próprios conflitos sociais encetaram, essa concepção de Educação como unidade discursiva e como prescrição às elites permaneceu nos postulados de Azevedo Amaral.

Esse ensaísta, a partir de 1930, esforçou-se em fazer de sua obra uma teoria política, e de certa forma, a condição de apologeta do centralismo conferiu a seus escritos a condição de versão oficial dos fatos. Mas o essencial em seu postulado orbitou ao redor do tema industrialização como base da modernização necessária ao país. Ou seja, Amaral representou um momento reflexivo no interior do pensamento autoritário. A industrialização não se deparou em sua obra com a desconfiança presente em Alberto Torres, nem com o certo distanciamento observável em Oliveira Vianna.

Tendo absorvido o referencial bergsoniano que interpretava a realidade como fluxo histórico, reconheceu a inevitabilidade da modernização do parque industrial brasileiro e a conseqüente necessidade de reorganização dos padrões de acumulação do capital. Diante disso, o que há de mais contundente a **subtrair** de seu legado, a meu ver, é menos a apologia do chefe da nação, mas, fundamentalmente a não recusa da modernidade. É diante dela que admite a urgência de reformas e, apesar das divergências, aceita a inevitabilidade da presença de reformadores a granel.

No campo educacional, embora refletissem a respeito, nem Alberto Torres, nem Oliveira Vianna, nem Azevedo Amaral apresentaram-se como especialistas em Educação. Tal condição era aventada por uma inteligência específica que, inclusive, por vezes, os tomava por referência para explicitar as peculiaridades do momento histórico que vivenciavam.

O pensamento autoritário não poderia recusar o reformismo enquanto prática do “avanço” da sociedade, mesmo porque o reformismo dizia respeito à sua própria ontologia. As divergências quanto às matrizes teóricas eram solucionadas no circuito da política, onde a proliferação das falas e o chamamento às técnicas não decompunham o perfil autoritário que era garantido pela própria

forma como a sociedade “renovada” se consubstanciava.

Assim, as reformas, incluindo as educacionais, não se efetivavam sob o impulso da ruptura para com os limites orgânicos da estrutura autoritária. Ao contrário, seu fluxo, senão quanto à forma, mas principalmente quanto à direção, era consequência da mediação política das concepções do autoritarismo.

Ora, Azevedo Amaral apostou num horizonte redentor junto à industrialização nacional sob tutela do Estado. É com essa perspectiva que afirmou que

a escola exigiria uma transformação, através da valorização do ensino profissional, da educação prática e da competência técnica. Partindo sempre do conceito de processo educativo como instrumento de intensificar a utilidade social do indivíduo, numa época empolgada pelo economismo, toda ação pedagógica deveria visar preponderantemente o aumento da capacidade produtora dos que passassem pela influência escolar.

(Medeiros, 1978, p.71-2)

O discurso pedagógico foi atado a um movimento maior de redução constante do político ao técnico. E tal direcionamento ancorou-se em uma noção de progresso recolhida junto ao evolucionismo (Amaral, 1934, p.48 e ss.). O pensamento autoritário nos anos 30 e 40 apresentou o momento pelo qual passava como o de elaboração de um “neo capitalismo científico” (Amaral, 1934, p.48).

Em “Ensaio Brasileiro”, Amaral pontificou a necessidade de romper com o tradicionalismo, inclusive o das escolas, para que se reunissem nos mais variados círculos da sociedade, as condições de implementação do processo evolutivo descortinado pela nova ordem industrial. Dizia:

A questão imediata que se apresenta hoje no país, reclamando pronta solução, é a do desenvolvimento intensivo das nossas atividades produtoras e a coordenação destas, de modo que possamos passar quanto antes a um nível econômico superior. E os problemas que se inserem na ordem espiritual, o aperfeiçoamento cultural e social das massas e o próprio saneamento das nossas populações

(Amaral, 1938, p.223)

Foi a partir dessas inquietações que percebeu que a reformulação metodológica do ensino nacional não poderia ser monopólio de suas aspirações. Colocadas a salvo, a ordem, a corporativização do Estado e a anulação dos conflitos de classe, delegava ao Estado e aos intelectuais a tarefa de “pensar Educação”.

O Estado Novo para Amaral representou a consolidação de suas aspirações. Nele estavam conjuminadas suas equações pedagógicas aplicáveis sobre a massa e constitutivas da função do intelectual. Pode-se constatar que sua identificação orgânica com o regime produziu uma interpretação sobre o papel da intelectualidade decorrente de uma **função** educativa. Senão vejamos:

A ideologia do Estado Novo envolve a determinação de certas finalidades para onde deve encaminhar-se a Nação, o que implicitamente acarreta para o Estado uma função educativa. (...) Isto não apenas na acepção pedagógica da função educadora, mas no sentido da plasmagem de uma consciência cívica caracterizada pela identificação com a ideologia do regime. (...) A missão dos intelectuais é sutil. Emergidos da coletividade como expressões mais lúcidas do que ainda não se tornou perfeitamente consciente no espírito do povo, os intelectuais são investidos da função de retransmitir às massas, sob forma clara e compreensível, o que nelas é apenas uma idéia indecisa e uma aspiração mal definida.

(Amaral, 1938, p.272)

Contudo, tais conclusões não se apresentaram descoladas da idéia de que a liberdade de expressão não poderia ser dada a todos de forma igualada. Envolvendo um racismo explícito e uma depreciação acentuada do proletariado, considerou ingênuas as tentativas de associar Educação com democracia, povo com emancipação e liberdade com igualdade. Tomando tais referências como partes e conceitos irreconciliáveis, apresentou a autoridade como veículo condutor da segurança estrutural do sistema (Amaral, 1938, p.52,233,269,275 e 277).

Mas apesar de tais debilidades orgânicas, no seu entendimento, o Brasil daquele momento vivencia a oportunidade ímpar de disseminar e instalar um processo educativo derivado do exercício do comando, da modernização dos métodos e principalmente, da aceitação do caráter educativo do capital (Amaral, 1938, p.73).

Nesse contexto, Amaral aplica sua “cientificidade” para desqualificar a iniciativa revolucionária e pontificar a impossibilidade associativa entre Educação e Revolução. A primeira era entendida como expressão máxima da fórmula capaz de transformar o povo em Nação, o que vale dizer, síntese de um projeto qualificado de reformas. Por sua vez, a revolução poderia ser tudo, e pela pretensão de ser tudo, na realidade levaria a nada (Amaral, 1934, p.53).

Em razão disso, ao fazer um balanço da situação educacional da Primeira República (Amaral, 1934, p.143.), operou um duplo movimento cujo eixo cimentou-se no reconhecimento do mérito contra-revolucionário dos eventos 1930 e no seu suposto climax que seria 1937. E, no campo educacional, o mérito especial estaria na repulsa ao enciclopedismo e na conseqüente disposição de buscar uma renovação educacional que o novo período ensejava.

Fazendo menção ao ensino secundário analisou:

O regime destruído em 30 tem no seu ativo a realização de uma obra educativa que, tendo falhado pelo desvirtuamento dos seus alicerces representados pelo ensino secundário, foi entretanto capaz de exercer na mentalidade das novas gerações a influência salutar que lhes modificou o rumo da orientação intelectual. A princípio no campo da ciência biológica e mais tarde nos estudos sociais, os homens novos revelaram na compreensão dos problemas e nos métodos aplicados à sua solução os indícios de que se operara uma metamorfose, libertando o espírito brasileiro do beletismo da era monárquica.

(Amaral, 1934, p.144)

O tema Educação, como tema estratégico, ao ser apropriado por uma intelectualidade autoritária, foi inserido em um projeto diretivo para a sociedade que, sob o signo amplo e generalizado do impulso reformista e modernizador, reduziu, também no mérito pedagógico, o político ao limite do técnico.

Referências bibliográficas

AMARAL, Azevedo. *O Brasil na crise atual*. São Paulo: Nacional, 1934.

- _____. *O estado autoritário e a realidade nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.
- _____. et alli. *Os grandes problemas nacionais*. Rio de Janeiro: DIP, 1942.
- AZEVEDO, Fernando de. A reconstrução educacional no Brasil — Ao povo e ao governo. In: *Manifesto dos pioneiros da educação nova*. São Paulo: Nacional, 1932.
- CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo híper-tardio*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- CONGRESSO NACIONAL. *Annaes da câmara dos deputados*. 2ª legislação. Sessões de 1 a 31 de outubro de 1895. Rio de Janeiro: vol. VI, p.109, 1896.
- CONGRESSO NACIONAL. *Annaes do senado federal*. 2ª sessão da 1ª legislatura. Sessões de 16 de julho a 15 de agosto de 1892. Rio de Janeiro: vol. III, p.42, 1892.
- LIMA, A. Saboia. *Alberto Torres e sua obra*. Rio de Janeiro: Labor, s/d.
- LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1964.
- LOEWENSTEIN, Karl. *Teoria de la constitución*. Barcelona: Ariel, 1970.
- LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- LUZURIAGA, Lourenço. *História da educação e da pedagogia*. São Paulo: Nacional, 1979.
- MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil — 1930 / 1945*. Rio de Janeiro: FGV, 1978.
- Memória & História*. Publicação do Instituto Astrojildo Pereira, São Paulo, n. 3, 1987.
- MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- NEUMANN, Franz. *Estado democrático e estado autoritário*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

- SALGADO, Plínio. *Manifesto da legião revolucionária*. São Paulo: 1932.
- SOBRINO, Barbosa Lima. *Presença de Alberto Torres*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- TORRES, Alberto. *As fontes da vida no Brasil*. Rio de Janeiro: Papelaria Brasil, 1915.
- _____. *A organização nacional*. São Paulo: Nacional, 1938a.
- _____. *O problema nacional brasileiro*. São Paulo: Nacional, 1938b.
- VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Direito do trabalho e democracia social*. São Paulo: José Olympio, 1951.
- _____. *Ensaio inédito*. São Paulo: EDUNICAMP, 1991.
- _____. *Evolução do povo brasileiro*. São Paulo: Nacional, 1938.
- _____. *O idealismo na constituição*. São Paulo: Nacional, 1939.
- _____. *O ocaso do império*. Recife: Massangana, 1990.
- _____. *Pequenos estudos de psicologia social*. São Paulo: Nacional, 1942.
- _____. *Populações meridionais do Brasil e Instituições políticas brasileiras*. In: *Câmara dos deputados — biblioteca do pensamento político republicano*. Brasília: Gráfica da Câmara, 1982.
- _____. *Problemas de organização e problemas de direção*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1952.
- _____. *Problemas de política objetiva*. São Paulo: Nacional, 1947.
- _____. *Raça e assimilação*. São Paulo: Nacional, 1934.
- VIEIRA, Evaldo Amaro. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1981.
- _____. *Democracia e política social no Brasil*. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1992.